

AS CONTRIBUIÇÕES DA CAPOEIRA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Wyglenara Santos Teixeira²
Rosângela Ribeiro da Silva³

Resumo:

Este artigo tem por finalidade analisar os benefícios da capoeira e suas contribuições para a educação infantil, através do rastreamento de possíveis práticas educacionais pensadas e elaboradas para o contexto formal de ensino. Para tanto, realizei, em linhas gerais, uma breve contextualização histórica da capoeira no Brasil, e em seguida citei alguns dos seus benefícios para o desenvolvimento das crianças que a praticam. Para tanto, parti do estudo das contribuições teóricas de Lussac (2015), Soares (2020), Breda (2010), dentre outros. Também apresento outros elementos de análise documental nesta temática, pautados nas orientações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018), bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil -DCNEI (2010), e a análise de uma das linguagens da capoeira, que é a música. Nossos resultados e discussões indicam que a capoeira tem muito a contribuir para o desenvolvimento infantil, e que, tanto as DCNEI como a BNCC abrem essa possibilidade quando reconhecem e afirmam a importância do contato das crianças com os diferentes grupos sociais e culturais, fato que reforça a capoeira como importante instrumento pedagógico no contexto formal de ensino para crianças.

Palavras-chave: Capoeira, Educação Infantil, BNCC, DCNEI.

Abstract:

This article aims to analyze the benefits of capoeira and its contributions to early childhood education, by tracing possible educational practices designed and developed for the formal teaching context. To do so, I performed, in general terms, a brief historical context of capoeira in Brazil, and then I mentioned some of its benefits for the development of children who practice it. For that, I started from the study of the theoretical contributions of Lussac (2015), Soares (2020), Breda (2010), among others. I also present other elements of documentary analysis on this subject, based on the guidelines of the National Common Curricular Base - BNCC (2018), as well as the National Curricular Guidelines for Early Childhood Education -DCNEI (2010), and the analysis of one of the languages of capoeira, which is music. Our results and discussions indicate that capoeira has a lot to contribute to child development, and that both the DCNEI and the BNCC open up this possibility when they recognize and affirm the importance of children's contact with different social and cultural groups, a fact that reinforces capoeira as an important pedagogical tool in the formal context of teaching children.

Keywords: Capoeira, Early Childhood Education, BNCC, DCNEI.

¹ Este artigo é um dos requisitos para a aprovação e conclusão do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, do Instituto de Humanidades, pela UNILAB, Unidade Acadêmica de Parnaíba, Ceará.

² Bacharela em humanidades, pela UNILAB e graduanda do curso de licenciatura plena em Pedagogia (UNILAB). E-mail: wyglenara.teixeira@gmail.com

³ Professora Dra. em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, professora adjunta da Universidade do Instituto de Humanidades da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. E-mail: rosangelaribeiro@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A capoeira possui uma história de luta bastante interessante. Ela surge primeiramente como uma forma de resistência da população negra no Brasil a um sistema escravista e cruel, na qual, inicialmente, é vista pela classe dominante da época da República Velha como uma prática criminosa, ficando, desta forma, marginalizada.

A mesma passou por alguns processos de luta contra os senhores de engenho, contra a aristocracia e a elite brasileira, até ser reconhecida, após muitos anos como um patrimônio cultural imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (IPHAN), em 2008, bem como a quinta manifestação cultural brasileira, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁴.

Além disso, atualmente a capoeira tem sido reconhecida como um instrumento educacional, sendo caracterizada como uma forma de educação não formal com um caráter socioeducativo, baseada em valores como: respeito, disciplina, amizade, honestidade, responsabilidade, cooperação etc.

A temática escolhida para a realização da escrita deste trabalho de conclusão de curso está diretamente relacionada com o que me motiva e me inspira. Optei por pesquisar e analisar as contribuições da capoeira para o desenvolvimento infantil fazendo uma relação com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), e com as DCNEI (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil), através da proposição e reflexão de possíveis práticas pedagógicas, partindo dos intitulados “campos de experiências” e “objetivos de aprendizagens” estabelecidos pela BNCC.

Escolhi a etapa da educação infantil tanto por me identificar com este público alvo, como também por conta da experiência profissional que já tenho, primeiramente, como auxiliar de sala por dois anos seguidos de uma turma de infantil III, e também pela experiência como professora de turmas do infantil IV e V.

O interesse pela educação infantil surgiu através de algumas componentes curriculares do curso de Pedagogia da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira), tais como: Psicologia da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem I, Psicologia da Educação, do Desenvolvimento

⁴ Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/66/> Acesso em 06 de junho de 2023.

e da Aprendizagem II e Educação Infantil nos países da Integração, componentes estas voltadas para o desenvolvimento das infâncias na escola. E além disso, os aprendizados sobre as contações de histórias e o lúdico, foram e são elementos que muito contribuíram para a minha formação na docência.

Já no que se refere à prática da capoeira, meu primeiro contato se deu quando eu tinha mais ou menos onze anos de idade. Nessa época, infelizmente, só pude participar de algumas aulas pois logo precisei parar com os treinos, por pressão dos meus pais. Anos se passaram até que em 2019 eu retomei aos treinos no grupo Barravento (filiado ao grupo Cordão de Ouro), e atualmente estou no meu segundo cordão.

O grupo ainda não tem espaço próprio para os treinos, que, atualmente, acontecem no pátio de uma escola localizada em Pacatuba - CE, cidade metropolitana de Fortaleza. O mestre responsável pelas aulas de capoeira se chama Wagner Fernandes, também conhecido como mestre Minimestre. Sua história com a capoeira se inicia em 1996 quando ainda tinha 16 anos de idade e atualmente o mestre realiza um trabalho social que atende um público com uma faixa etária bem diferenciada, então encontraremos crianças, adolescentes, jovens e adultos treinando.

Minhas primeiras reflexões, acerca das possibilidades com relação a inserção da capoeira no ambiente escolar, surgiram enquanto eu cursava a componente “Fundamentos filosóficos e práticos do samba e capoeira” do curso de Pedagogia, pela UNILAB, com o professor Dr. Sálvio Fernandes de Melo.

E, foi durante uma outra componente que tem como título “Pesquisa e prática da atuação do pedagogo em ambientes não escolares nos países da integração”, também do curso de pedagogia pela UNILAB, com o professor Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira, que eu realmente decidi pesquisar a temática aqui desenvolvida.

Como já citei, busco destacar neste artigo a capoeira e seus benefícios para o desenvolvimento das crianças. Com base nisso foi realizada uma pesquisa documental que partiu da análise e organização dos documentos, seleção do referencial teórico, análise de músicas de capoeira e análise dos resultados. Vale ressaltar que a abordagem levada em consideração para a análise das músicas, dos documentos e dos resultados aqui expostos foi a abordagem qualitativa.

Nesse sentido, busco refletir sobre os seguintes questionamentos: qual ou quais as contribuições da capoeira para o desenvolvimento infantil? Quais as possibilidades de uso da capoeira como uma estratégia pedagógica dentro do

contexto formal de educação? Como podemos elaborar atividades pedagógicas com as orientações da BNCC?

Com base nos questionamentos citados anteriormente, os procedimentos metodológicos traçados para esta pesquisa foram a realização de uma breve síntese histórica da capoeira no Brasil (tendo em vista a valorização e o respeito aos nossos ancestrais), bem como sua grande importância cultural, que está diretamente relacionada com o contexto histórico brasileiro. Em seguida, apresento a análise dos documentos norteadores da educação infantil (DCNEI e BNCC) e das músicas de capoeira.

Tendo em vista a importância das reflexões levantadas neste artigo para o aperfeiçoamento não só da minha prática pedagógica, mas também para outros professores que venham ter acesso a este material, além do fato de trazer reflexões que podem vir gerar novos questionamentos, a pesquisa aqui apresentada torna-se de grande relevância, não somente para os profissionais da educação, mas também para os praticantes dessa arte da cultura africana e afro-brasileira, que buscam manter-se informados sobre as questões aqui levantadas.

Além disso, a pesquisa também possui relevância social por tratar de elementos relacionados à cultura africana e afro-brasileira voltadas para o campo educacional, tendo em vista a Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira dentro das instituições de ensino, que de uma forma ou outra contribui para a desmistificação de estereótipos resultantes de uma educação marcada pelo eurocentrismo.

Como bem sabemos, historicamente, nossos conteúdos escolares sempre estiveram baseados em referências europeias. Durante muito tempo a nossa história foi contada pelo colonizador, o qual impôs seus métodos e práticas educacionais, sociais e culturais como se eles fossem os únicos possíveis, ignorando a tradição oral e os conhecimentos locais de outros povos, a exemplo, africanos e latino americanos.

Então, para além do que já fora citado, tendo como base a temática aqui abordada, esta pesquisa também agrega relevância para a valorização cultural de uma das matrizes formadoras do nosso país (matriz africana), reforçando a desmistificação de estereótipos e ressaltando a importância do negro para a construção da nossa sociedade.

BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA CAPOEIRA NO BRASIL

Tendo em vista que a capoeira como prática educacional é a temática norteadora deste artigo, torna-se necessário refletir e contextualizar um pouco sobre o histórico da capoeira. Para isto, primeiramente, irei abordar assuntos relacionados ao surgimento da capoeira, como por exemplo: o contexto em que foi “construída”, momento histórico em que a capoeira deixou de ser vista como uma prática marginalizada e passou a ser reconhecida como um patrimônio cultural brasileiro e sobre os estilos de capoeira, angola, regional e contemporânea.

Vale ressaltar que, a história da capoeira é marcada por diversas teorias, principalmente se levarmos em consideração os seguintes questionamentos: “onde surgiu?” ou “quem fundou a capoeira?”. Irei trazer aqui um ponto de vista bastante interessante. Para isso, iremos nos ater ao seguinte questionamento: “onde surgiu?”.

Lussac e Tubino (2009, p.2), apesar de afirmarem que “a origem da capoeira ainda é uma incógnita”, em um artigo que tem como título: “Capoeira: a história e trajetória de um patrimônio cultural do Brasil”, os autores também afirmam que a capoeira “se desenvolveu em solo brasileiro desde o período do Brasil Colonial” (LUSSAC; TUBINO, 2009, p.1)

Seis anos depois, em um outro artigo, que traz como título: “Especulações acerca das possíveis origens indígenas da capoeira e sobre as contribuições desta matriz cultural no desenvolvimento do jogo-luta”, Lussac (2015), após citar a existência de várias discordâncias entre pesquisadores e capoeiristas, acerca da origem da capoeira, o autor explica que, “A Capoeira, mesmo que tenha tido uma matriz estrangeira, originou-se realmente no Brasil” (LUSSAC, 2015, p. 267), e, logo em seguida, acrescenta que “a dificuldade em pesquisar a origem, o desenvolvimento e a história da Capoeira não estão exclusivamente em sua gênese, mas sim na diversidade que a compõe”(LUSSAC, 2015, p. 267).

De fato, se pararmos para analisar o contexto histórico, mais especificamente na época do Brasil colônia, certamente iremos nos atentar para o fato de que o contexto diaspórico talvez tenha sido o principal fator responsável pelo desenvolvimento da capoeira como um jogo/luta. Também vale ressaltar que, como consequência desse contexto histórico, a capoeira tornou-se símbolo da resistência negra.

Além disso, ao afirmar que a capoeira “se desenvolveu em solo brasileiro desde o período do Brasil colonial” (LUSSAC; TUBINO, 2009, p.1), os autores colocam um ponto bastante importante que nos leva a refletir sobre o período citado,

quando, teoricamente, foi o período em que houveram grandes possibilidades de trocas culturais entre os povos africanos, indígenas e os próprios colonos, que inclusive impuseram muito de sua cultura aos indígenas (que já habitavam o Brasil) e aos africanos (que foram sequestrados, obrigados a saírem de seus países com destino ao Brasil para serem escravizados).

Vale ressaltar que, quando o autor afirma que a capoeira se “desenvolveu” em solo brasileiro, entende-se que houve um processo pelo qual a capoeira passou, até chegar nos dias atuais. Então, tendo como base essa fundamentação teórica e o contexto diaspórico do período colonial, parece ser mais prudente afirmar que a capoeira é o fruto de um processo histórico-cultural que se iniciou no Brasil durante o período colonial, através das trocas culturais ocorridas.

Por tanto, como bem coloca o autor, “[...] a formação do jogo-luta ocorrido em terras brasileiras, com todas as trocas e influências culturais, se torna complexo, existindo inúmeros fatores e variáveis durante todo o seu desenvolvimento, que devem ser considerados.” (LUSSAC, 2015, p. 268).

Sobre a contribuição indígena para a capoeira, Lussac (2015) conclui que, “houve a possibilidade de interação entre negros e índios em trocas culturais que possibilitariam influências no desenvolvimento da Capoeira”(LUSSAC, 2015, p. 267), e apesar de declarar não ter sido possível afirmar que houveram contribuições diretas dos indígenas para a origem da capoeira, também explica que “é possível afirmar que a única e importante contribuição indígena-brasileira é a origem nominal da prática, por ser o vocábulo capoeira de origem Tupy” (LUSSAC, 2015, p. 267).

Porém, também vale ressaltar que este autor apontou algumas fontes, nomeadas por ele próprio como “fontes primárias”, as quais afirma não ter tido acesso – que nos remete ao entendimento de que se tratam dos documentos oficiais como as cartas dos jesuítas, que vivenciaram e acompanharam a vida daqueles que aqui habitavam naquele período histórico da colonização- mas que valeriam a pena serem consultadas e analisadas, como bem podemos ver na citação a seguir, quando o autor afirma que

[...] não foi possível analisar algumas fontes primárias como, por exemplo, os Tomos dos Jesuítas que repousam na Torre do Tombo em Lisboa, Portugal, e em outros locais na Europa. Deste modo, a fim de oferecer maiores contribuições para a área, recomendo que futuros estudos aproveitem os apontamentos realizados neste artigo ao analisar as fontes primárias que não foram possíveis constar no rol documental deste trabalho. (LUSSAC, 2015, p. 268).

Com relação a origem do termo “capoeira”, usado para nomear a prática do jogo/luta, o professor e historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, através de um vídeo publicado num canal do *Youtube*, intitulado “Museu da Capoeira Oficial”,⁵ explica a origem do termo através da análise de uma pintura do desenhista e pintor Henry Chamberlain.

De acordo com o historiador, a imagem da obra apresentada retrata alguns africanos recém chegados no mercado escravo Valongo, do Rio de Janeiro. O historiador faz uma explicação detalhada dos personagens retratados na obra, mas o que chama atenção é a presença de dois escravizados que carregam um grande cesto que, segundo ele, era chamado de capoeira.

Logo em seguida ele cita Adolfo Morales (1887-1973) para explicar a origem do termo capoeira. A partir disso o historiador Soares (2020) explica que o termo é de origem indígena, sendo “caapó”= “buraco de mato/palha” e “eira”= “carregador, o que carrega”, ou seja, “carregador do caapó”.

O historiador ainda faz algumas associações e comparações com outras palavras que nomeiam, por exemplo, o carregador de água (chamado aguadeiro), o carregador de leite (chamado leiteiro) e por fim, o carregador do caapó (chamado capoeiro).

Com base nisso podemos perceber que a palavra “capoeira” nomeia tanto o cesto que os escravizados carregavam, como também os próprios escravizados que carregavam esses cestos. Também vale ressaltar que, de acordo com Luciano Milani, que escreveu para o site Portal da Capoeira, os cestos citados pelo historiador Carlos Eugênio e retratado na pintura de Chamberlain, eram usados para o transporte de mercadorias.

De acordo com Milani (2005, s/p),

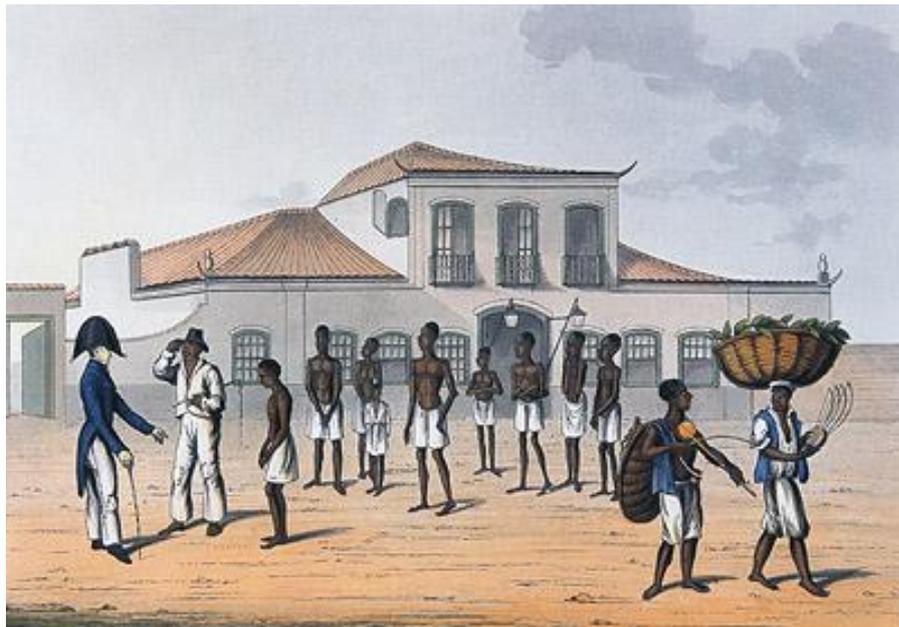
[...] capoeira significava cesto de varas, onde se guardavam aves, capões, galinhas, etc. conta-se que os escravos, ao levarem capoeiras de aves para vender, enquanto esperavam o mercado abrir, divertiam-se jogando capoeira.

Através das análises e observações de Soares (2020), acerca da pintura de Chamberlain, e também com base na observação da imagem da pintura, percebemos que a informação trazida por Luciano Milani (2005), com relação ao uso

⁵ Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=ilk4N81h_Gs&t=463s, 2020

dos cestos para o transporte de mercadorias, faz muito sentido, já que na obra analisada pelo historiador Soares (2020) podemos perceber que um dos escravizados, mais especificamente o que é retratado apoiando o cesto na cabeça, parece estar transportando algo parecido com milho (como bem podemos perceber na imagem abaixo).

Figura SEQ Figura * ARABIC 1 – Escravos Doentes, 1822, Henry Chamberlain



Também vale ressaltar que o historiador chama atenção para os instrumentos que os escravizados, retratados na obra, estão segurando. Segundo Soares (2020), um dos escravizados segura um berimbau, enquanto o outro segura uma marimba. Porém, ainda de acordo com Soares (2020), a capoeira naquela época ainda não era praticada com o berimbau, sendo introduzido pouco tempo depois.

O historiador também cita um dos primeiros registros policiais, relativos a prisão por prática da capoeira. Segundo ele, a expressão utilizada nos registros era: “o jogo do capoeira”, “preso por jogar a capoeira”. Isso porque a capoeira durante muito tempo foi marginalizada.

De acordo com o decreto de número 847, de 11 de outubro de 1890, da legislação brasileira, instituída durante o governo de Marechal Deodoro da Fonseca, que afirmava:

Capítulo XIII - Dos vadios e capoeiras Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena - de prisão celular por dois a seis meses. A penalidade é a do art. 96. Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro. Art. 403. No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400. Parágrafo único. Se fôr estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena. Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranqüillidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes. (BRASIL, 1890).

Compreendemos com base no registro acima que de fato houve um momento em que a capoeira foi marginalizada cabendo até pena de prisão para quem fosse visto praticando a capoeira, (que como bem podemos perceber, naquela época era denominada por “capoeiragem”).

E foi somente em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, que a capoeira deixou de ser vista como uma prática marginalizada e passou a ser reconhecida como um esporte nacional.

De acordo com o site “Politize”, tal marco

[...] se deve, em grande medida, ao (SIC) esforços do Mestre Bimba. Para afastar-se da imagem marginalizada que a capoeira tinha na sociedade, a luta começou a ser praticada em academias e este Mestre foi o criador da primeira delas em 1932. Sua academia ganhou alvará de funcionamento em 1937 com a descriminalização da prática. Nesse mesmo ano, mestre Bimba chegou a fazer uma apresentação de capoeira para o então presidente Getúlio Vargas. A partir de então capoeira ganha status de esporte no Brasil. (CARVALHO, 2018).

Como se pode perceber, mestre Bimba teve um papel fundamental para a capoeira, criando um estilo de capoeira que foi nomeado como luta regional baiana, mas que ficou conhecida como capoeira regional.

De acordo com Assunção,

A capoeira, apesar da repressão que seus praticantes sofreram durante a Primeira República, foi celebrada por intelectuais brasileiros desde o final do século XIX como o único esporte genuinamente nacional.¹ Graças à ação de alguns indivíduos extraordinários, como os mestres Bimba e Pastinha, desenvolveram-se a partir da década de 1930 dois estilos modernos de capoeira, a “regional” e a “angola”, que seguem sendo a referência básica dos estilos contemporâneos. (ASSUNÇÃO, 2013, p.2)

Sobre os estilos de capoeira, citados por Assunção (2013), entende-se que, diferente da capoeira angola (fortemente defendida por mestre Pastinha), que se caracteriza basicamente por ser uma capoeira mais cadenciada e com mais jogo de expressão corporal, a capoeira regional é caracterizada basicamente por ser um jogo com um ritmo mais acelerado, com golpes mais objetivos. Por outro lado, a capoeira contemporânea é caracterizada basicamente por agregar elementos tanto da capoeira angola como da capoeira regional.

A CAPOEIRA COMO EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E AS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Como já citado anteriormente, atualmente a capoeira passou a ser reconhecida como um importante instrumento educacional, bem como sociocultural, sendo caracterizada como uma forma de educação não formal e usada como uma forte prática pedagógica na escola.

Dentre alguns tipos de atividades que podem ser caracterizados como tipos de educação não formal, estão: música, dança, artes marciais, artesanato etc. neste sentido, busco destacar neste artigo a capoeira e seus benefícios para o desenvolvimento das crianças na educação infantil, afinal, a capoeira, além da luta, também envolve a brincadeira, a música, a dança e o artesanato, que podem ser utilizados como linguagens criativas no processo ensino e aprendizagem.

Antes de adentrar nas possibilidades pedagógicas das linguagens da capoeira na escola, queremos com as reflexões que seguem, ressaltar a importância desse campo de aprendizados fora da escola, também, como educação informal, pois, acredito que seja importante destacar o que seria a “educação não formal”, bem como também as demais modalidades educativas citadas por Perrudes e Silva (2013) que são muito bem caracterizadas no artigo que tem como título: “Atuação do pedagogo em espaços não-formais: algumas reflexões”.

O artigo é bastante interessante pois como o próprio título sugere, nos traz algumas reflexões acerca dos espaços de atuação do profissional pedagogo, ressaltando a possibilidade de atuação não somente em escolas com foco na educação formal, mas também em ambientes que promovam a educação não formal.

Além disso, as autoras também caracterizam os modelos de educação citados acima, bem como o modelo de educação informal, que por sinal é igualmente

importante para a nossa construção enquanto ser humano. Afinal, como bem coloca Brandão (1985),

ninguém escapa da educação [...] não há uma única forma nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é seu único praticante (BRANDÃO, 1985, p. 9)

Com base nisso, a nível de contextualização, torna-se importante caracterizar os modelos de educação citados anteriormente. Afinal, durante uma conversa com o mestre Omri Ferradura Breda, conhecido como mestre Ferradura⁶, apesar que indiretamente, ele faz menção ao que Brandão (1985) explica na citação acima, quando afirma que “[...] a criança ela se desenvolve física, cultural, social e cognitivamente, de qualquer forma. Com ou sem a capoeira” (FERRADURA, 2023).

Com relação a isso, acredito que não existem dúvidas, já que assim como a escola de fato não é o único lugar onde ocorre educação, assim também a capoeira não é o único meio pelo qual a criança pode desenvolver-se.

De acordo com Perrudes e Silva (2013), a educação não formal é caracterizada, basicamente, por ser aquele tipo de educação ofertada, geralmente, “no período inverso ao escolar, que apresentam uma dimensão educativa, mas que se inscrevem no âmbito da assistência social e constituem-se, segundo Simson, Park e Fernandes (2001) enquanto espaço de proteção e de convivência comunitária.” (PERRUDE; SILVA, p. 49). Esse tipo de educação visa, de modo geral, atender principalmente aquelas crianças e adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social.

Por outro lado, a educação formal é caracterizada pela organização sistematizada dos conteúdos, onde há um planejamento intencional e estrutural, visto que a educação escolar é organizada sistematicamente com uma intenção, que é a transmissão de conhecimentos sistematizados e organizados pelo conjunto da humanidade (SAVIANI, 2013). Como bem explica Perrudes e Silva (2013), a educação formal.

é aquela oferecida pelos sistemas formais de ensino em escolas, faculdades, universidades etc, constituindo-se numa sequência regular de períodos letivos, com progressão hierárquica estabelecida de um nível a outro

⁶ Omri Ferradura Breda é mestre de capoeira, pedagogo, presidente do Instituto Brasileiro de Capoeira-Educação e diretor do projeto Brincadeira de Angola.

(Sistema formal de ensino - Ensino Regular), sendo então ofertadas por instituições públicas e privadas, nos diferentes níveis e modalidades. (PERRUDE; SILVA, p. 50).

Muitas vezes, quando se trata da população da classe trabalhadora, a escola é o único equipamento social que a maioria da comunidade acessa, por isso, é importante destacar sua importância, sua organização, e a necessidade de envolvimento de toda a comunidade escolar e extra-escolar no fazer pedagógico cotidiano.

Por último, mas não menos importante, temos a educação informal. Caracterizada basicamente por se tratar daquele tipo de saber que adquirimos através do convívio e das trocas de experiências com outras pessoas (familiares, amigos, vizinhos etc.).

Então, como bem explica Brandão (1985), de fato, ninguém escapa da educação. Estamos em constante aprendizado. Sempre temos o que aprender e o que ensinar. Cada pessoa é um universo cheio de saberes e experiências que foram e são adquiridas durante todo o nosso processo de formação/construção/reconstrução enquanto seres humanos. Mas afinal, será que a capoeira pode oferecer alguma contribuição para o desenvolvimento infantil dentro do contexto formal de ensino? Se sim, de que forma?

Em um de seus artigos, intitulado “A capoeira como prática educativa transformadora”, mestre Ferradura cita alguns benefícios que a capoeira tende a oferecer aos seus praticantes. Dentre eles: a autoestima e a construção da identidade nacional e individual.

Além disso ele também cita a possibilidade de mobilidade social e o respeito que muitos capoeirista conquistaram por meio da capoeira, já que através dela “pessoas sem instrução acadêmica, discriminadas em sua maioria pela cor da pele e condição social, passam a ser requisitadas para participar de inúmeros eventos, nacionais e internacionais” (BREDA, 2010, p. 4), o que acaba por contribuir também para a elevação da autoestima de seus praticantes.

Como bem explica o mestre, muitas das vezes são essas participações em eventos e shows, além da confecção de instrumentos de percussão, gravação de discos, dentre outros, que garantem o sustento de muitos capoeiristas, que inclusive acabam virando referência, principalmente para aquelas crianças e adolescentes que

se encontram em vulnerabilidade social e que veem na capoeira a possibilidade de uma melhoria de vida.

Outro benefício citado pelo mestre é a possibilidade de trocas culturais, já que a capoeira ganhou uma proporção a nível internacional. De acordo com o mestre Ferradura, “As trocas culturais proporcionadas pela capoeira, uma arte de origem afro-brasileira, podem ajudar a criança negra a se ver inserida num contexto amplo, em que suas peculiaridades são aceitas e admiradas.” (BREDA, 2010, p.6)

Daí a importância da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira dentro das escolas, garantindo o respeito as diferenças étnico-raciais que constituem o nosso país, e promovendo um ambiente acolhedor, sem qualquer tipo de discriminação (pelo menos é o que se espera). Vale salientar que a Lei completa seus vinte anos de publicação e alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

Também vale destacar que esta Lei é um dos resultados da luta do povo negro pela educação que de início lhes fora totalmente negada. Tal fato acarretou, inclusive, no surgimento de escolas negras. Como bem podemos perceber, de acordo com Gomes e Oliveira (2020),

A Frente Negra Brasileira - FNB, durante os anos de 1930, manteve núcleos de alfabetização de adultos e escolas primárias para as crianças negras em todas as cidades do Brasil em que manteve seus núcleos. A atenção com a educação, tanto tinha o objetivo de integrar o negro na sociedade brasileira, como também visava proteger as crianças negras das discriminações já identificadas à época. (GOMES; OLIVEIRA, 2020, p.166)

Nesse sentido, a Lei 10.639/2003 surge como uma necessidade de romper com a hierarquia racial, historicamente instaurada nos currículos escolares, a fim de desmistificar os estereótipos resultantes de uma educação colonizadora (baseada em um único valor civilizatório) e de promover uma educação que leva em consideração as subjetividades de cada sujeito, valorizando os conhecimentos afro-brasileiros.

Sobre os valores civilizatórios afro-brasileiros, as autoras explicam que esses valores foram organizados em

Memória, Oralidade, Circularidade, Axé (energia vital), Ludicidade, Musicalidade, Cooperatividade, Religiosidade, Ancestralidade, Corporeidade [...], que nos remetem a conhecimentos e práticas oriundas nas culturas africanas, embora dissolvidos pelo processo diaspórico, ainda emergem na vida cotidiano. (GOMES; OLIVEIRA, 2020, p.168)

Nesse sentido, além de nos proporcionar o contato com esses valores civilizatórios ancestrais, a capoeira, dentro do campo educacional, pode nos trazer inúmeras possibilidades, podendo ser trabalhada a cultura, a diversidade, a história da capoeira, que como se pode perceber, está intrinsecamente relacionada com a história do Brasil, bem como as músicas e a arte, podendo ser explorada dentro das componentes curriculares de forma interdisciplinar, e, para além disso, contribuir para o importante debate sobre a discriminação racial.

Como bem explica o mestre Ferradura, “A Capoeira, como ferramenta educacional, está perfeitamente sintonizada com o moderno debate da interdisciplinaridade. Ela atua nos campos da Arte, da Música, da Educação Física, da História e se encaixa em muitos dos temas transversais.” (BREDA, 2010, p. 8).

Mas, pensando na educação infantil, quais seriam as recomendações para a inserção da capoeira dentro do contexto formal de ensino? De que forma poderíamos agregar todos esses benefícios? O que dizem as DCNEI e a BNCC? É o que trataremos no tópico a seguir.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MARCOS DAS DCN PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E DA BNCC

Primeiramente, vale ressaltar que as creches e pré-escolas nem sempre foram entendidas como um direito da criança. Muito menos pertencente à educação básica. Somente em 1988, através de muitas lutas, as creches e pré-escolas passaram a ser reconhecidas como uma obrigação do estado e um direito da criança.

Porém, apesar desse reconhecimento, a educação infantil ainda não era entendida como parte da educação básica. Somente em 1996 com a Lei de Diretrizes e Base (LDB) 9394/96 é que as creches e pré-escolas passaram a ser reconhecidas como a primeira etapa da educação básica.

Nesse sentido, surgiu-se a necessidade e a importância da elaboração de documentos que subsidiam as práticas pedagógicas, desenvolvidas nas instituições de ensino que ofertam essa importante etapa da educação básica.

Dentre esses documentos, temos a DCNEI, cujo objetivo é "estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas" (BRASIL, 2010, p. 11) e que além disso, também orientam “[...] as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução

e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil”(BRASIL, 2010, p. 11), assegurando a autonomia das instituições na elaboração de propostas pedagógicas, tendo em vista o desenvolvimento integral das crianças e levando em consideração o cuidar e o educar como parte indissociável do processo de ensino aprendizagem.

Além disso, a DCNEI também orienta que essas propostas pedagógicas, também chamada de Projeto Político Pedagógico (PPP), sejam elaboradas “[...] num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar” (BRASIL, 2010, p.13), num processo da gestão escolar democrática, respeitando três princípios. São eles: éticos, políticos e estéticos. Garantindo o desenvolvimento,

[...] da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. [...] dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. [...] da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2010, p.16).

Além disso, a DCNEI também estabelece que as instituições de educação infantil deverão prever condições que assegurem “O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade” (BRASIL, 2010, p. 19).

Gostaria de chamar atenção para “a consideração dos saberes da comunidade”, algo de muita importância quando pensamos na criança e nos saberes que elas já levam consigo para dentro das escolas, os chamados conhecimentos prévios, que são aqueles conhecimentos que geralmente vêm, principalmente, do contato com as pessoas de sua comunidade e da forma como as crianças passam a compreender o mundo através de suas experiências sociais.

Dentre vários outros pontos, a DCNEI também estabelece, que as instituições de educação infantil, devem prever condições que assegurem “A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América” (BRASIL, 2010, p.20) e isso, de uma forma ou outra, acaba reforçando a importância do contato das crianças, inclusive com a capoeira, já que ela é uma manifestação cultural afro-

brasileira que traz em sua essência as contribuições de uma das matrizes formadoras do nosso país, qual seja, a matriz africana.

Portanto entende-se que a capoeira pode sim ser inserida no currículo da educação infantil, e nesse contexto podemos trabalhar não só com a história da capoeira, mas também com o ritmo, a oralidade, a dança, as músicas e demais elementos da cultura africana, presentes na mesma, que ganha ainda mais respaldo através de uma outra condição estabelecida para as propostas pedagógicas das instituições de educação infantil que, de acordo com a DCNEI, devem assegurar “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (BRASIL, 2010, p.21).

Além disso, a DCNEI também estabelece dois eixos norteadores para a educação infantil. São eles: as interações e brincadeiras. Isso significa que as propostas curriculares das instituições de educação infantil devem levar em consideração, para as práticas pedagógicas, os eixos citados anteriormente.

Em seguida, a DCNEI cita várias orientações de experiências que devem ser levadas em consideração, garantindo, por exemplo, experiências que “Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade” (BRASIL, 2010, p.26).

Dentre várias outras orientações citadas pela DCNEI, também quero destacar as experiências que “Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura” (BRASIL, 2010, p. 26).

Como se pode perceber, a DCNEI trata, basicamente, sobre a estrutura curricular para a educação infantil. Já a BNCC complementa essa estrutura com as habilidades e competências que os alunos brasileiros precisam alcançar durante todas as etapas da educação básica. No caso da educação infantil, a BNCC traz os “Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento”, que estão organizados por “Campos de Experiência”.

Vale ressaltar que, como bem podemos perceber, na educação infantil, não se usam os termos “disciplinas” ou “componente curricular”. Além disso, os “Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento” estão divididos de acordo com a faixa etária das crianças.

De acordo com a BNCC, são considerados bebês aquelas crianças que têm de zero a um ano e seis meses. Já as “crianças bem pequenas”, (como bem consta no documento) são aquelas crianças que têm entre um ano e sete meses a três anos e onze meses. Essas crianças fazem parte do período da educação infantil compreendido pelas creches.

Já as “crianças pequenas”, compreendida pela BNCC como aquela criança que tem entre quatro a cinco anos e onze meses de idade, fazem parte do período da educação infantil chamado de pré-escola.

Além disso, a BNCC também pontua as dez competências gerais da educação básica que os alunos devem desenvolver ao longo de toda a educação básica. Como bem coloca o documento:

Ao longo da Educação Básica – na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio –, os alunos devem desenvolver as dez competências gerais da Educação Básica, que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2018, p. 25).

Como bem podemos perceber, a BNCC destaca a formação humana integral das crianças. Isso nos leva a pensar que devemos nos atentar não só com a dimensão cognitiva, mas também com a dimensão social, emocional, física, cultural etc.

Com base nisso, tendo em vista a educação infantil, e de acordo com os eixos estruturantes (interações e brincadeiras), abordados tanto pela DCNEI como também pela BNCC, “devem ser assegurados seis (06) direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver.” (BRASIL, 2018, p. 25), são eles: conviver, participar, expressar, explorar, brincar e conhecer-se.

Em resumo, o direito relacionado ao “conviver” está diretamente ligado às interações sociais entre crianças e outras crianças e crianças e adultos, garantindo a possibilidade de entendimento de que as pessoas possuem diferentes gostos e pensamentos, o que acaba por propiciar, através dessas relações, o respeito às diferenças.

Por outro lado, o direito “participar” está relacionado com a forma como a criança participa das decisões tomadas na escola e dentro da sala de referência, ao

escolher, por exemplo, o tipo de brincadeira que elas preferem brincar, o espaço onde querem brincar, ou até mesmo ao sugerir ou falar sobre temas e assuntos que podem ser levados em consideração pelo educador para a elaboração de aulas posteriores. Isso pode ocorrer durante os momentos de escuta, quando a criança se sente à vontade para expressar suas vivências, seus gostos, suas preferências, suas ideias etc., que é basicamente o que se espera quando o educador elabora momentos que garantam o direito de “expressar”.

Agora sobre o direito de “explorar”, ele está relacionado com o contato das crianças com diferentes texturas, formas, movimentos, sons, dentre outros, “ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.” (BRASIL, 2018, p. 38).

Sobre o direito “brincar”, ele está relacionado com os diversos brinquedos e brincadeiras em diferentes espaços, com diferentes crianças e adultos “ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais” (BRASIL, 2018, p. 38).

Por fim, mas não menos importante, temos o direito “conhecer-se”, que está relacionado com a construção da identidade pessoal, social e cultural de cada criança, “constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.” (BRASIL, 2018, p.38).

Levando em consideração os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, descritos nos parágrafos anteriores, a BNCC também estabelece cinco campos de experiências. São eles: “O eu, o outro e o nós”, “Traços, sons, cores e formas”, “Corpo, gestos e movimentos”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Espaços, tempo, quantidades, relações e transformações”.

De acordo com a BNCC, “Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2018, p. 40).

Dentre os cinco campos de experiências, citados anteriormente, destaco o campo de experiência “o eu, o outro e o nós”, que está baseado principalmente nas relações sociais. Sobre esse campo, de acordo com a BNCC,

[...] Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos. (BRASIL, 2018, p. 40).

Com base na citação acima, podemos perceber a importância que a Base dá ao contato das crianças com as diversas culturas, fazendo com que elas percebam outros modos de vida e as diversas formas de entender o mundo e o que nele há. Fato que colabora não só para a valorização e o reconhecimento de sua identidade nacional, passando a se reconhecer e se identificar como parte desse universo cultural, mas colabora também para o desenvolvimento da empatia e do respeito à diversidade.

Mas vale ressaltar que a maneira como nós, enquanto professores, iremos propor esse contato das crianças com as diversas culturas, modos de vida, celebrações etc., obviamente, vai variar de professor para professor, mas gostaria de deixar a seguinte reflexão: O que seria mais atrativo e significativo para as crianças? uma atividade xerocada, com imagens para que sejam observadas pelas crianças, ou propor vivências e experiências que proporcionam o contato direto dessas crianças com os diversos grupos sociais e culturais?

Não é que eu seja contra as atividades xerocadas. Até acho interessantes quando são usadas como um complemento. Porém, acredito que as vivências e as experiências que propõem um contato mais direto, onde a criança terá a oportunidade de experimentar, e explorar: ritmos, instrumentos, espaços, etc., seriam bem mais interessantes.

Fazendo valer, inclusive, o direito de aprendizagem e desenvolvimento: “expressar”, se pensarmos em momentos que possibilitem conversas onde a criança terá a oportunidade de expressar-se através da fala, ou mesmo a oportunidade de expressar-se através do corpo, seja através de danças, movimentos de capoeira, ou até mesmo através de peças teatrais.

Fazendo valer, também, o direito de aprendizagem e desenvolvimento: “explorar”, através do contato direto com os grupos culturais, do contato com os instrumentos musicais, com novas danças e diferentes tipos de expressão corporal.

Os exemplos citados levam em consideração, não só os direitos de aprendizagem e desenvolvimento citados anteriormente, mas também os eixos

estruturantes da educação infantil, expressos nas DCNEI e reforçados pela BNCC. São eles: interações e brincadeiras, que inclusive já foram citados no decorrer deste artigo.

E para finalizar, também gostaria de destacar o campo de experiência: “Corpo, gestos e movimentos”, que também pode ser muito bem explorado pela capoeira. Sobre esse campo de experiência, a própria BNCC explica que:

Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. (BRASIL, 2018, p. 40-41).

É interessante quando a BNCC cita a música como uma das linguagens, usada como forma de expressão e de comunicação. Isso me lembra um fato curioso sobre as rodas de capoeira, já que, dependendo do contexto, as músicas podem tornar-se um meio de comunicação entre o cantador e o jogador, ou entre o cantador e os demais participantes da roda de capoeira, ou até mesmo entre um jogador e outro, quando o cantador usa a música (por vezes aliada a improvisação) para transmitir alguma mensagem, fato que exige a atenção dos capoeiristas não somente ao ritmo e ao jogo com seu parceiro, mas também às letras das músicas que estão sendo cantadas. Tudo isso acaba por contribuir com a percepção sonora, a atenção, a concentração, a criatividade, a oralidade e o enriquecimento do vocabulário.

De acordo com Gohn e Stavracas (2010)

O trabalho com a musicalização infantil permite ao aluno desenvolver a percepção sensitiva quanto aos parâmetros sonoros – altura, timbre, intensidade e duração –, além de favorecer o controle rítmico-motor; beneficiar o uso da voz falada e cantada; estimular a criatividade em todas as áreas; desenvolver as percepções auditiva, visual e tátil; e aumentar a concentração, a atenção, o raciocínio, a memória, a associação, a dissociação, a codificação, a decodificação etc. (GOHN; STAVRACAS, 2010, p.87)

Com base nisso, e nas diversas possibilidades de músicas infantis que a capoeira tem a oferecer, torna-se evidente que a capoeira tem muito a contribuir para o desenvolvimento das crianças na área de linguagem, consciência fonológica,

consciência ambiental, sonoridade, corporeidade etc. Vale ressaltar que, dentro do contexto da capoeira, além de serem usadas como um meio de comunicação, as músicas também são usadas pelos capoeiristas para a expressão de seus sentimentos, nesse sentido, tendo como objetivo a formação integral das crianças, podemos usar as músicas como um estímulo para a expressão de sentimentos.

Também podemos utilizá-las, por exemplo, no processo de alfabetização e letramento como uma forma mais lúdica para a apresentação das letras do alfabeto. Nesse sentido, trago como exemplo a música que tem como título “ABC da Capoeira”, do mestre Suassuna. A música diz o seguinte: “Vem cá menino, vem aprender, vou lhe ensinar o gingado do ABC. “A” é de Angola, “B” de berimbau, “C” de capoeira que levanta o meu astral. “D” de dendê, “E” de esquiva, “F” forma a roda, o importante é “G” de ginga [...]” (SUASSUNA, 2010)

Como bem podemos perceber, a música traz as letras do alfabeto associando-as às palavras que estão inseridas no contexto da capoeira. Dessa forma, além de contribuir com o cognitivo, através da associação das letras e do conhecimento de novas palavras, podemos estimular a criatividade das crianças ao pedir que elas citem outras palavras da capoeira que começam com uma determinada letra (obviamente levando em consideração o nível da turma).

Uma outra possibilidade é a confecção do alfabeto, para exposição, contendo as letras e as imagens, tendo como referência a música citada anteriormente. Antes mesmo de reproduzir a música, o(a) professor (a) poderá pedir para que as crianças citem objetos e palavras usadas na capoeira. Enquanto as crianças falam as palavras, o professor poderá anotá-las para em seguida questionar a turma sobre a inicial de cada uma delas, dessa forma a criança poderá observar a escrita da palavra e identificar a letra inicial.

Para finalizar essa proposta de atividade, o(a) professor(a) poderá instigar a curiosidade das crianças explicando que elas conhecerão o alfabeto da capoeira, e, a partir disso, expor o alfabeto confeccionado e a música citada anteriormente. Todos esses exemplos podem ser explorados dentro dos campos “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “traços, sons, cores e formas”, da BNCC.

Outra música bastante interessante, é a que tem como título: “Sou pequenininho”⁷, que fala sobre o meio ambiente e que pode ser explorada dentro do

⁷ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=gqUFmBTfFS4>. 2020

campo de experiência “O eu, o outro e o nós”, bem como “Espaços, tempo, quantidades, relações e transformações”. A letra diz: “Sou pequenininho do tamanho de um dobrão, mas tenho a consciência, não jogo lixo no chão. [...] Jogar lixo no chão isso não é brincadeira, eu sou pequenininho me eduquei com a capoeira [...]” (ABADÁ, s/a)

Através dessa música, além de usar a letra como uma introdução para uma roda de conversa sobre os cuidados com o meio ambiente, o(a) professor(a) poderá explorar a interpretação da mesma, já que, a música possui uma letra simples e objetiva. Nesse sentido, o(a) professor(a) poderá perguntar: “a música fala sobre o que? será que é sobre carros, ou sobre o meio ambiente? O que vocês acham sobre pessoas que jogam lixo no chão? Será que isso é certo? Por que? Etc.”; a partir disso se inicia um diálogo sobre a questão ambiental, o cuidado com nosso espaço, que se estende ao nosso corpo, enquanto coletividade e individualidade, e assim o assunto é introduzido de uma forma bem leve.

Como bem podemos perceber, ainda de acordo com a BNCC (2018), seja por meio de gestos coordenados ou espontâneos, através das diferentes linguagens como a música, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, etc. a criança não só tem a possibilidade de estabelecer vínculos afetivos com seus colegas e professores, mas também de produzir “[...] conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade” (BRASIL, 2018, p. 41).

Essa corporeidade, inclusive, está bem presente na capoeira, ao desenvolver em seus praticantes a noção de espaço e a consciência corporal que precisam ter para realizar um mortal, por exemplo, sem que venha machucar as pessoas que estão na roda. Ou até mesmo ao medir a velocidade e a força de seus golpes, a depender do nível, graduação, ou faixa etária do parceiro com quem esteja jogando, fato que também contribui para o desenvolvimento da empatia.

Nesse sentido, a capoeira pode ser explorada de diversas formas. Seja através da brincadeira com a utilização de instrumentos musicais, da prática dos movimentos ou até mesmo por meio do teatro, através da realização de peças teatrais baseadas em músicas de capoeira.

Também podemos explorar os movimentos através das imitações, por meio de comandos baseados em músicas tocadas em um dos ritmos da capoeira, definindo o que as crianças farão quando o professor tocar e cantar, por exemplo, a música “a

dona aranha”, e/ou o que elas farão quando o professor tocar e cantar a música “o sapo não lava o pé” etc.

Para esse exemplo o(a) professor(a), caso saiba tocar, pode usar ou um pandeiro, ou um berimbau. Já para aqueles(as) professores(a) que não sabem tocar os instrumentos, podem fazer a adaptação baixando da internet as músicas citadas (no ritmo da capoeira).

Para a música "A dona aranha", o (a) professor(a) poderá orientar que as crianças imitem uma aranha. Também poderia adicionar a música “Ginga camaradinha” e orientá-las a gingar, quando a música for tocada. Para isso, antes de reproduzir ou cantar a música, seria interessante que o(a) professor(a) ensinasse a ginga para as crianças. Já para a música do sapo, as crianças poderão imitar um sapo, lembrando-as sempre do cuidado para não esbarrar nos demais colegas.

O interessante é que essa brincadeira, além de trabalhar o corpo, também contribui para o desenvolvimento da empatia, da atenção e da concentração. Sem fugir das orientações definidas pela BNCC.

Se pensarmos nas “crianças bem pequenas”, como bem coloca a própria BNCC, a atividade exemplificada nos parágrafos anteriores abrangeria tanto o campo de experiência “O eu, o outro e o nós”, como também “Corpo, gestos e movimentos”, tendo como base os seguintes objetivos de aprendizagem: “(EI02EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos” (BRASIL, 2018, p.45); “(EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras” (BRASIL, 2018, p.46); e, “(EI02CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.” (BRASIL, 2018, p.47)

Vale pontuar que, além de atender as “crianças bem pequenas”, o exemplo citado acima também atenderia as “crianças pequenas”, tendo em vista outros objetivos de aprendizagem. Enfim, esses foram apenas alguns dos vários exemplos que eu poderia citar, sobre como introduzir a capoeira dentro do contexto formal de ensino, respeitando as orientações tanto da DCNEI, como da BNCC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a proposta deste artigo, que foi pesquisar e analisar a capoeira e suas contribuições para o desenvolvimento das crianças na educação

infantil, dentro do contexto formal de ensino, foram levantados alguns questionamentos que foram respondidos ao longo deste artigo, tais como: qual ou quais as contribuições da capoeira para o desenvolvimento infantil? Quais as possibilidades de uso da capoeira como uma estratégia pedagógico-educacional, dentro do contexto formal de educação? Como podemos elaborar atividades pedagógicas com as orientações da BNCC?

Como bem podemos perceber, através da leitura deste artigo, é possível afirmar que a capoeira tem muito a contribuir para a educação formal, e que, tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, como a Base Nacional Comum Curricular, abrem essa possibilidade para o processo de ensino aprendizagem quando reconhecem e afirmam a importância do contato das crianças com os diferentes grupos sociais e culturais, bem como a importância do contato das crianças com as histórias africanas e afro-brasileiras.

Contato este que pode ser oportunizado através dos contos infantis de matriz africana e afro-brasileira, das cantigas de roda, das músicas e movimentos de capoeira, do samba de roda, que tem uma ligação bem forte com a capoeira, e dentre outros pontos abordados, tendo como fundamento filosófico e pedagógico o combate ao racismo e a discriminação.

Destaco que, as ideias e exemplos trazidos ao longo deste artigo, são apenas algumas das várias possibilidades pedagógicas para a inserção da capoeira na educação infantil, dentro do contexto formal de ensino. Além disso, ressalto também a importância da consulta às DCN's e à BNCC, sempre que necessário, tendo em vista o planejamento diário das ações e propostas pedagógicas, e a quantidade de objetivos de aprendizagem a serem desenvolvidos dentro de cada campo de experiências, que por sinal são muitos.

Portanto, o ideal é que os professores se apropriem desses conhecimentos para que possam fazer bom uso da sua autonomia, ainda que relativa, no momento de elaboração e execução, tanto das propostas pedagógicas, como das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas na sala de referência ou demais espaços que possam vir a serem explorados pelas crianças.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Ringue ou academia? A emergência dos estilos modernos da capoeira e seu contexto global. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>. Acesso em: 11 de julho de 2023

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo. Brasiliense, 1985

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010

BREDA, Omri Ferradura. A capoeira como prática educativa transformadora. Revista Educação Pública, 2010.

CARVALHO, Talita. Capoeira: um ato de resistência. Politize, 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/capoeira-um-ato-de-resistencia/#:~:text=Foi%20somente%20em%201937%20que,da%20primeira%20de las%2C%20em%201932>. Acesso em: 31/05/2023

ESCRAVOS Doentes. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra8518/escravos-doentes>. Acesso em: 07 de julho de 2023. Artes visuais.

GOHN, Maria da Glória; STAVRACAS, Isa. O Papel da Música na Educação Infantil. EccoS Revista Científica [en linea]. 2010, 12(2), 85-103. ISSN: 1517-1949. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71518580013>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

GOMES, Ana Cristina C.; OLIVEIRA, Luciana R. Currículo negro, asê e sankofa: perspectivas, cotidianos e valores afro-civilizatórios. Revista da ABPN v.12, nº 32, março – maio 2020, p. 161-187

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Roda de Capoeira é o mais novo Patrimônio Cultural da Humanidade. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/66/> . Acesso em 06/06/2023

LUSSAC. Ricardo Martins Porto. Especulações acerca das possíveis origens indígenas da capoeira e sobre as contribuições desta matriz cultural no desenvolvimento do jogo-luta. Rev Bras Educ Fís Esporte, (São Paulo) 2015 Abr-Jun; 29(2):267-278

LUSSAC. Ricardo Martins Porto; TUBINO. Manoel José Gomes. CAPOEIRA: A HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL. Maringá, v. 20, n. 1, p. 7-16, 1. trim. 2009.

MILANI, Luciano. A Origem do nome CAPOEIRA. PortalCapoeira, 2005. Disponível em: <https://portalcapoeira.com/capoeira/curiosidades/a-origem-do-nome-capoeira/>. Acesso em: 03/02/2023

PERRUDE, Marleide R.; SILVA, Ana Lucia Ferreira. REVISTA ELETRÔNICA PRO-DOCÊNCIA/UUEL. Edição Nº. 4, Vol. 1, jul-dez. 2013.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11ed. rev – Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Emerson. Sou pequenininho: musica infantil de capoeira. YouTube, 26 de nov. de 2020. Acesso em: 19 de julho de 2023.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Qual é a origem do nome Capoeira? O uso do berimbau (1789-1812) Vídeo 3 de 12 História da capoeira. YouTube, 27/08/2020.

SUASSUNA, Reinaldo R. ABC da capoeira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nDh_DNLOUsk>, <2012>. Acesso em: 19 de julho de 2023